

ESTRATÉGIAS RIO BRAVO



PERSPECTIVAS PARA 2017

DEZEMBRO 2016

É generalizada a percepção de que 2016 foi longo, instável, confuso, um ano para esquecer. Mas o fato é que os prognósticos de dezembro de 2015 apontavam muito claramente para baixo, de modo que não há surpresa. A queda de Dilma Rousseff, bem como o abandono de suas ideias e conceitos, além do afastamento de seus amigos e companheiros, tudo isso estava bastante bem desenhado naquele momento, e demorou quatro longos meses para ocorrer,

com muitas dores. Cada minuto daquele processo foi de espermeios e queixas. A difícil interinidade de Michel Temer tomou outro quadrimestre de preparativos, temperados por resistências e intermináveis malcriações no Senado, mas também com ensaios importantes, e o ano finalmente veio a terminar com o presidente confirmado e muitas ideias e movimentos no terreno da economia. →



PERSPECTIVAS PARA 2017

→ Com isso, 2016 ficou dividido em três capítulos sucessivos, quase incomunicáveis, como se fossem etapas de uma viagem sem direito a retorno, ao menos por ora. As surpresas do mundo político foram tantas que se tornou um lugar comum celebrar a incerteza como o obstáculo crônico às nossas ambições de progresso. Em retrospecto, todavia, os desfechos talvez não fossem assim tão imprevisíveis, tendo em vista o que hoje sabemos. É nesse registro que se pode dizer que a sorte já está lançada para muitos personagens do mundo político, cujas carreiras serão brutalmente interrompidas pelas revelações da Lava Jato. 2017 promete, e também os anos posteriores, pois o material à disposição dos procuradores do Ministério Público é vasto. Oxalá tenhamos uma renovação profunda na política, sem radicalismos, algo próximo de um conjunto vazio, o que é muito comum para os desejos de fim de ano.

Tudo considerado, a esperança venceu o medo em 2016: o Ibovespa andou mais de 35%, depois de cair 6,8% em janeiro e subir 50% até o furacão Trump. O real ganhou perto de 20%, a R\$ 3,25 no dia 30/12, depois de ter ultrapassado R\$ 4,00 no final de fevereiro. O risco Brasil, aferido pelo

CDS, começou o ano em 495bps e terminou na faixa de 280bps. Os juros longos (NTN-B 2050) fecharam de 7,22% para 5,73% e a expectativa para juros Selic para 2017 são promissoras, sobretudo em vista de expectativas de inflação convergindo para a meta ao final de 2017.



Tudo considerado, a esperança venceu o medo em 2016

A lista de realizações econômicas deste longo quadrimestre final de 2016 parece um autêntico milagre se consideradas as perspectivas do início do ano. A aprovação da PEC do Teto foi uma importante demonstração de força, ainda que não seja suficiente para assegurar que o próximo desafio, a PEC da Previdência, terá o mesmo destino. Fora desse terreno constitucional, contudo, as iniciativas se multiplicaram em dezembro quando vieram diversas novidades no terreno micro, nem sempre medidas prontas, mas agendas bastante bem desenhadas de temas e seus respectivos tratamentos, como fez o Banco Central na entrevista concedida por seu presidente em 20 de dezembro. As medidas econômicas ensaiam uma espécie



PERSPECTIVAS PARA 2017

de autonomia em relação ao noticiário político, pois, afinal, a vida segue, o governo precisa governar e a recessão tem de ser revertida.

A política monetária em 2017 será benigna, ao que tudo indica, e a expectativa é de que os indicadores de atividade comecem a reagir em algum momento depois do primeiro trimestre. Ao mesmo tempo, o clamor pela responsabilidade fiscal vai ficando mais forte, diferentemente com o que se passou em outras batalhas críticas em torno desse assunto. Dessa vez, está difícil associar a liberalidade fiscal com Keynes, Juscelino ou qualquer referência diferente das refinarias de Abreu e Lima e Pasadena, ou com as ruinosas finanças dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Em diversas querelas onde o populismo parece sempre levar a melhor, como nas encencas com os estados e mesmo nos assuntos de Previdência, o clima é outro. Afinal, “a esbórnica fiscal e a corrupção são frutos da mesma árvore, são parentes próximos, amigos da vida inteira”.¹

A ampliação do raio de ação da área econômica, sobretudo pelo desenvolvimento de múltiplas agendas reformadoras, mesmo no terreno infra legal, será um determinante importante da restauração da confiança no decorrer do 2017. Essa parece ser a tendência, na medida em que as autoridades econômicas vão ampliando seus quadros e vão ganhando domínio sobre os instrumentos à sua volta. Há muito o que depurar da herança absolutamente radioativa deixada pela administração anterior, trabalho que tem de ser feito com paciência e determinação, sem as afobações e tentações milagreiras que acometem políticos nervosos.



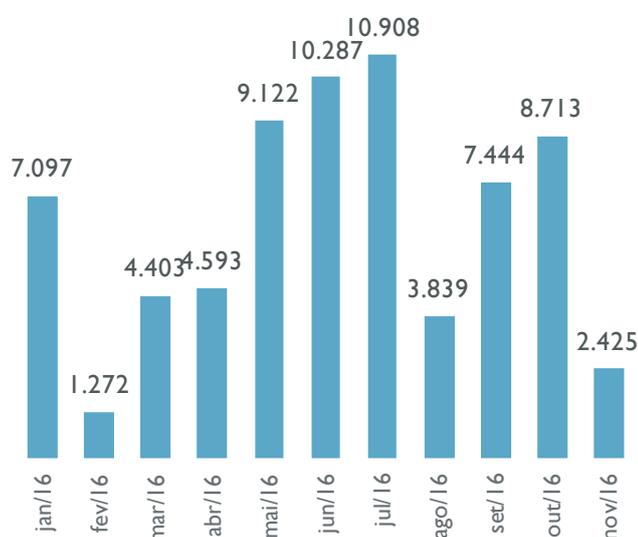
As medidas econômicas ensaiam uma espécie de autonomia em relação ao noticiário político

Tudo leva a crer que a área econômica poderá trabalhar mais e melhor em 2017, ainda que sob incertezas, como as que ainda pairam no ambiente político.

¹ Gustavo H. B. Franco “O que esperar de 2017” O Estado de São Paulo 25.12.2016.

As ofertas de renda fixa locais (Debêntures, NPs, FIDCs, CRIs e CRAs) totalizaram R\$ 70,1 bilhões entre janeiro e novembro, uma queda de -17% a/a no volume em relação ao mesmo período do ano passado. É importante ressaltar, entretanto, que a melhora de expectativas no cenário local no pós-impeachment levou a uma recuperação no volume de emissões a partir de então.

**Evolução das Ofertas de Renda Fixa no Mercado Local
(Ex - Debêntures Leasing) - R\$ milhões**



Na carta passada, comentamos que as ofertas de Sulamérica, DASA e Localiza testariam o mercado para emissões com prazos superiores a três anos. As três emissões apresentaram boa demanda (superior a 1,5 vezes o

total ofertado). No mercado internacional, como de certa forma esperado após o resultado das eleições americanas, não ocorreram ofertas de empresas brasileiras nos meses de novembro e dezembro.

Com a maior representatividade alcançada ao longo do ano, os CRAs passaram a integrar a base de dados da ANBIMA de Mercado de Capitais. Entre janeiro e novembro de 2016, foram emitidos R\$ 6,7 bilhões em CRAs, enquanto nos primeiros onze meses de 2015, R\$ 4,0 bilhões. O bom desempenho dos CRAs no ano pode ser atribuído à atratividade da isenção fiscal aos investidores pessoas físicas em conjunto com a qualidade dos emissores: vieram a mercado em 2016 emissões públicas de empresas com nomes conhecidos e bons níveis de rating de agências internacionais. Empresas com rating superior a AA- têm conseguido emitir CRAs com taxas inferiores a 100% do CDI, como CBD, Camil e BRF.

Do total distribuído em CRAs no período de 2010 a 2016 (até outubro), que somou R\$ 15,3 bilhões, as pessoas físicas foram responsáveis pela subscrição de 77% de todo o volume, seguidas dos investidores institucionais (12,5%) e demais participantes ligados à oferta (10,5%). A composição contrasta com a de CRIs: os

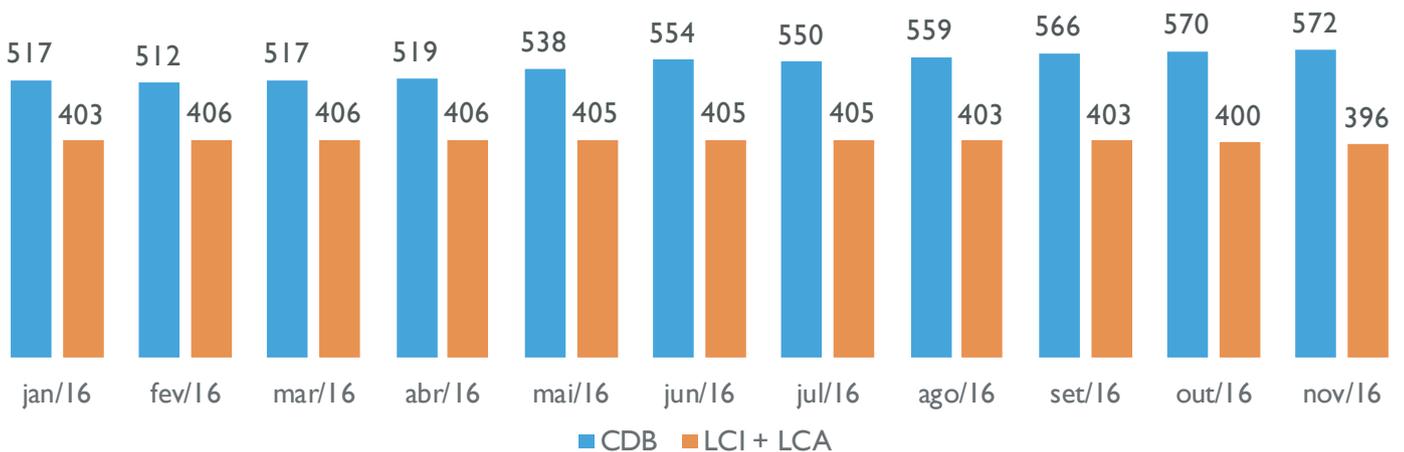


RENDA FIXA

investidores mais relevantes foram os institucionais, com peso de 76% das aquisições em 2016, enquanto as pessoas físicas responderam por 14,4% das subscrições e os intermediários e demais participantes ligados à oferta responderam pela compra de 9,6% do total.

O aumento na demanda dessas emissões ocorre justamente em um momento em que há queda no estoque das também isentas LCIs e LCAs, indicando um efeito de substituição por parte dos investidores.

Estoque de LCIs, LCAs e CDBs - R\$ bilhões





CIELO

Cielo é uma das três maiores posições do nosso Fundo. Conhecida por suas numerosas “maquininhas” espalhadas por estabelecimentos comerciais em todo o Brasil, esta é uma empresa que oferece uma combinação única de vantagens competitivas – tais como sua liderança, capilaridade, diferenciação de produtos e serviços, escala etc.

Nesta carta, porém, vamos rapidamente abordar alguns assuntos que têm tomado o noticiário e trazido certa volatilidade (e depreciação) às ações desta empresa.

Em primeiro lugar, ainda há algumas iniciativas de órgãos governamentais (Banco Central e CADE) visando a fomentar ainda mais a concorrência no setor. Muito embora a principal medida tenha sido tomada há anos (quando as bandeiras Mastercard e Visa não eram capturadas na mesma máquina), ainda existem algumas bandeiras de menor market-share que precisavam ser “universalizadas”. Além disso, há também pinpads (terminais de captura de transações de cartão) instalados em varejistas cuja operação está limitada ao adquirente que os instalou no ponto de venda. Um compartilhamento desses terminais pode ser mandatório. Em ambos os

casos, não vemos impacto preocupante para o negócio e resultados da Cielo.

O que gerou mais ruído, entretanto, foi o anúncio do governo federal no “mini-pacote econômico” do mês de dezembro de 2016 que o prazo de recebimento das vendas via cartão de crédito, pelos varejistas, poderia ser encurtado dos atuais 30 dias para algo como dois dias. Uma medida como essa, se tomada de forma atabalhoada, poderia desequilibrar o sistema de meios de pagamento e causar dois principais impactos para a Cielo.

Um deles seria a redução dos resultados de antecipação de recebíveis. Os lojistas podem antecipar seus recebíveis – das vendas à vista, que embolsam em 30 dias, ou das parceladas – e isso é um importante negócio para a Cielo, respondendo por cerca de 20% do seu lucro. Se o prazo de recebimento das vendas não parceladas caísse para dois dias, um pouco menos da metade deste negócio poderia ser comprometida. Portanto, tudo mais constante, uma queda de lucro para a Cielo inferior a 10%.

Outro impacto (mais hipotético que o



RENDA VARIÁVEL

acima) poderia ser o aumento da remuneração paga aos bancos (interchange), uma vez que das instituições financeiras seria exigido um enorme capital de giro se pagassem os lojistas em D+2 recebendo dos clientes em 30-40 dias. É difícil saber se isso aconteceria mesmo e em que magnitude. Caso isso ocorra, acreditamos que o efeito no lucro líquido não seria muito diferente do primeiro impacto mencionado acima.

Na semana seguinte ao anúncio, o Banco Central se pronunciou de uma forma bastante abrangente sobre sua agenda e abordou rapidamente esse assunto, deixando a nítida impressão de que não tomará medidas precipitadas e/ou sem as devidas conversas com os agentes de mercado. Isso por si já trouxe um bom alívio.

Além disso, nas simulações mais conservadoras, como ao supor que o lucro da Cielo cairia cerca de 20% conforme as explicações acima, teríamos estas ações negociando a cerca de 16x o lucro do ano que vem, um patamar ainda convidativo e abaixo das médias recentes.

Em resumo: não acreditamos em medidas governamentais lesivas impostas sem as devidas compensações e ajustes; e, mesmo que um cenário negativo destes ocorresse, as ações da Cielo já parecem precificá-lo. Portanto, apesar da volatilidade esperada para esta ação em função do noticiário, acreditamos que a tese de investimentos permanece intacta e muito atrativa tendo em vista todas as qualidades desta companhia e de seu potencial de crescimento aliado a uma recuperação econômica do país.



Balanço do ano

Durante o ano de 2016, vivenciamos diferentes momentos dentro do mercado de fundos imobiliários. Neste momento, entendemos ser interessante repassar a evolução do mercado e alguns acontecimentos que acabaram por influenciar o desempenho e cotação em bolsa dos fundos listados.

Assim como fizemos na carta publicada na metade do ano, precisamos lembrar que a comparação que faremos aqui se refere aos resultados e às altas alcançadas no ano frente à situação em que se encontravam justamente ao final de 2015, e não em relação a períodos anteriores ainda, como o ano de 2012, quando os fundos viveram seu principal momento até hoje. Ressaltamos, também, que o ponto de partida do valor das cotas de fundos listados na bolsa de valores no início do ano foi impactado negativa e relevantemente pela discussão sobre a MP 694, que visava a tributação dos rendimentos hoje isentos, sendo que esta possibilidade veio à tona próximo à virada para 2016, levando as cotas a uma queda expressiva no fechamento de 2015.

Fato é que, em 2016, o cenário político acabou por influenciar grande parte dos produtos financeiros brasileiros, e com os fundos imobiliários não foi diferente. Em meio às

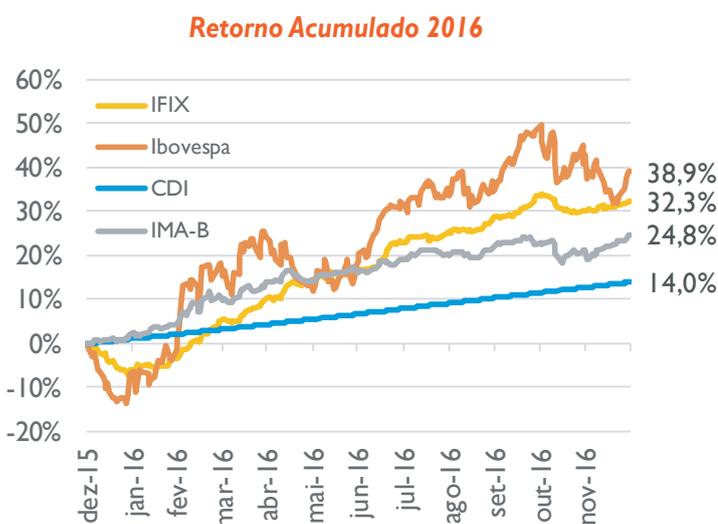
discussões sobre a MP, o IFIX (índice que mede o desempenho das cotas de fundos imobiliários listados em bolsa, semelhante ao Ibovespa no caso de ações) chegou a atingir sua mínima no ano, com desvalorização de aproximadamente 7,4% já ao final de janeiro, um mal sinal para o restante do ano. No entanto, com o desfecho positivo para o mercado, tendo em vista que a tributação dos rendimentos ficou de fora do texto final da medida, iniciou-se um movimento forte de retomada das cotas. Uma vez ampliada um pouco a janela de observação, veremos que, considerada a grande queda dos fundos ao final de 2015 (mas antes da virada de ano), boa parte desse desempenho tão somente refletiu a perda sofrida anteriormente, efeito este que não estaria completamente explícito ao analisar apenas a valorização acumulada do IFIX em 2016.

Deste momento em diante, e com a conclusão dos eventos políticos mais relevantes (cujas expectativas de desfecho impactam diretamente as cotações no mercado), bem como início das discussões sobre ajuste fiscal, redução de taxa de juros (sendo este um fator determinante quanto ao interesse em geral por fundos imobiliários, assim como no ano de 2012), entre outros temas, observa-

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

mos um avanço consistente das cotas, de modo que muitos fundos recuperaram seu valor de mercado a ponto de superarem seu valor patrimonial, o que não ocorria já há algum tempo. Dessa forma, o retorno total do IFIX no ano, considerando inclusive os rendimentos pagos durante o período, foi de 32,3%, sendo que vale ressaltar que grande parte desse retorno se deve mesmo à valorização das cotas no mercado, e não pelos rendimentos pagos.

A título de comparação, separamos no gráfico abaixo as performances de algumas classes de ativos no semestre junto ao IFIX. Como podemos ver, os fundos imobiliários atingiram o segundo maior retorno entre as categorias, nem tão distante do retorno do Ibovespa, que, apesar do bom resultado final, oscilou de maneira notável ao longo dos meses.

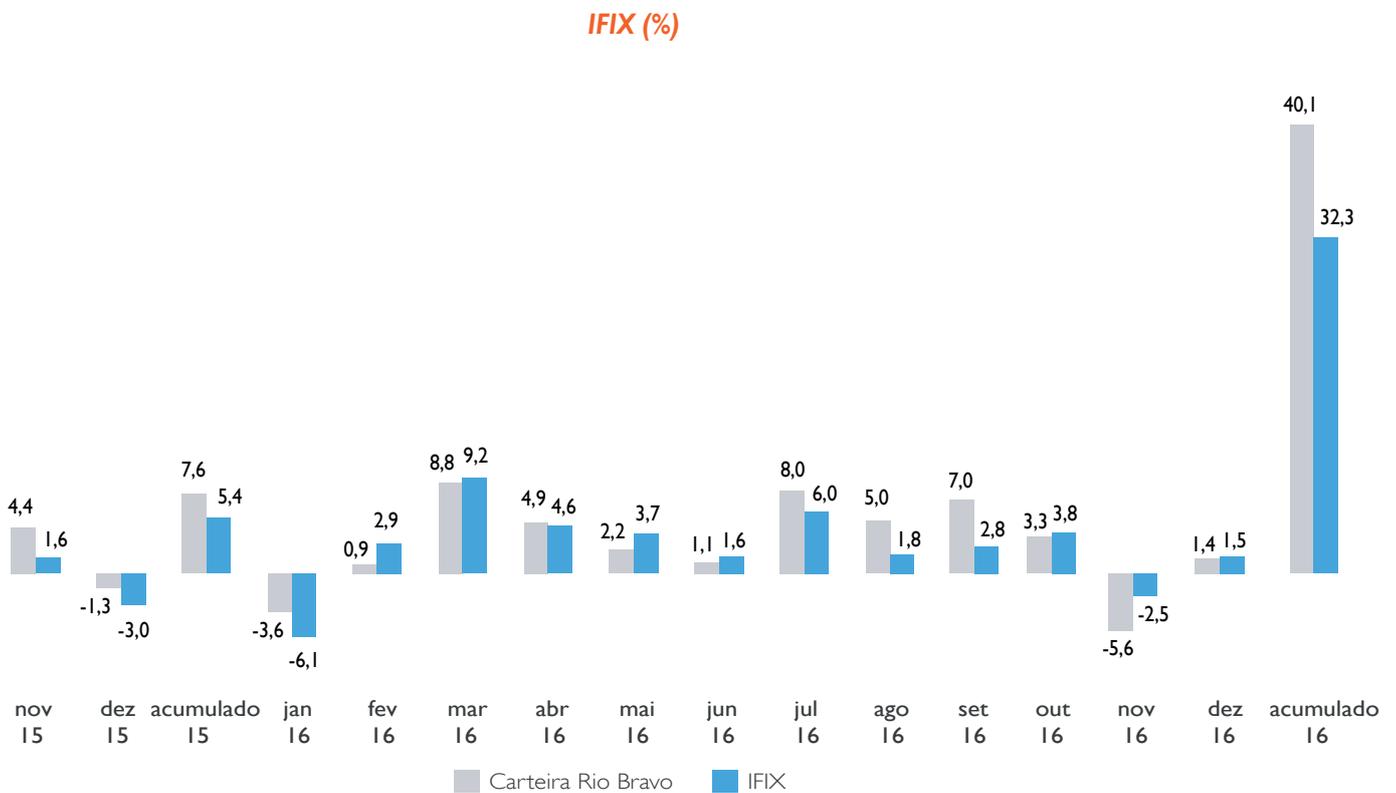
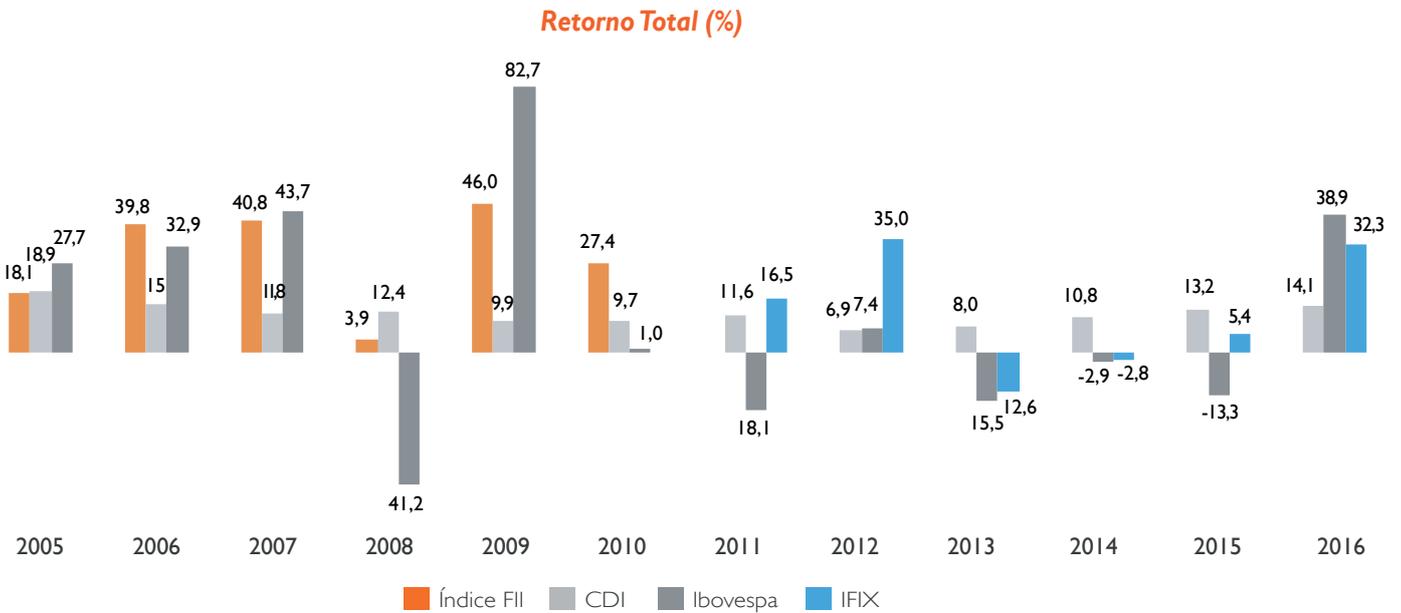


Assim, concluímos que o mercado de fundos imobiliários passou, sim, por uma recuperação em 2016, e apresentou bons retornos (na média) a quem acreditou no produto como uma estratégia de investimento. É evidente que cada fundo possui suas características e dinâmicas próprias e se comporta de maneira diferente de outros veículos, mas permanecemos, de toda forma, com nossa visão de que os fundos imobiliários, de maneira geral, são um produto de investimento interessante em se tratando de diversificação de carteira visando o longo prazo.

IFIX

No primeiro gráfico a seguir, é possível verificar, mês a mês, o retorno total do IFIX, assim como uma carteira teórica elaborada com os FIs administrados pela Rio Bravo disponíveis para negociação na BM&FBovespa. No segundo gráfico, o comparativo do retorno total em cada ano, desde 2005 até dezembro de 2016, entre CDI, Ibovespa, IFIX e índice FII – elaborado pela Rio Bravo e utilizado para séries anteriores à criação do IFIX.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS





A mudança de expectativas nos EUA depois das eleições continuou guiando os mercados. No Brasil, porém, falou mais alto a necessidade de corte acentuado e rápido da taxa de juros.

A retórica econômica expansionista do novo presidente dos EUA continua fortalecendo bolsa (S&P +2,41% em dezembro) e moeda (USD 1,04 p/Euro vindo de 1,12 antes do resultado). O Federal Reserve mostrou preocupação com o nível corrente de inflação e sua expectativa, agindo de forma incisiva com aumento de 25bps na taxa básica e apontando para três aumentos adicionais em 2017.

Ao contrário do mês anterior, no entanto, o cenário externo não falou mais alto no que diz respeito aos ativos financeiros brasileiros. A contínua queda da inflação e o fraco desempenho da economia fizeram com que o Banco Central finalmente apontasse para um corte maior na reunião do COPOM de janeiro. Cortes de ao menos 50bps por reunião estão precificados na curva de juros, com probabilidade não desprezível de 75bps em algum momento no primeiro semestre.

Assim, em dezembro, enquanto o Ibovespa continuou cedendo em linha com as bolsas emergentes (-2,71%), renda fixa e classes correlatas voltaram a apresentar ganhos

acima do CDI (+1,12%). O IMA-Geral (+1,88%) refletiu a redução de juro nominal e de juro real. Vendo essa janela de oportunidade antes da efetiva queda dos juros em 2017, fluxo renovado de entrada de recursos fez com que a moeda brasileira se fortalecesse contra o poderoso dólar (USD -3,86%). E os fundos imobiliários sofreram com realização de lucro e ainda difícil realidade econômica, encontrando sustentação por conta da alta correlação com juro real (IFIX +1,50%).

O comportamento das diversas classes pode ser facilmente explicado, mas suas correlações fugiram do normal observado ao longo do ano. Nossa estratégia diversificada, então, foi capaz de absorver as quedas acentuadas de renda variável e dólar. O fundo Rio Bravo Portfólio Diversificado I, base de alocação para grande parte dos portfólios diversificados, subiu 1,46%. A principal responsável dessa performance foi sua alocação em fundos multimercado, especificamente o Rio Bravo Apollo (+1,89%), antigo Rio Bravo Portfólio Tático, fundo macro que procura valor nos instrumentos financeiros de maior liquidez no mercado brasileiro e opera com relativa baixa volatilidade para atender o perfil moderado do investidor brasileiro.



MULTIASSETS & PORTFOLIOS

Continuamos trabalhando com um cenário positivo para Brasil. Fundamentos e valores relativos apontam para renda fixa como a classe com melhores oportunidades, enquanto as apostas em renda variável devem ser muito bem avaliadas caso a caso. Cenários e racional para alocação por classes e subclasses serão discutidos e o resultado enviado

aos nossos investidores quando entrarmos em período de rebalanceamento dos portfólios na segunda quinzena de janeiro.

O ano de 2016 trouxe muitas surpresas no Brasil e no exterior. Apesar de não projetar eventos de mesma magnitude (Brexit, Impeachment, Eleição nos EUA), 2017 certamente não passará sem emoções.



	Renda Fixa			Renda Variável		MultiAssets								Índices					
	Rio Bravo Crédito Privado FIRF	Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado	Rio Bravo Inflação FIRF	Rio Bravo Fundamental FIA	Rio Bravo Pandas FIC FIM	Rio Bravo Portfólio Diversificado I FIC	Rio Bravo Portfólio Diversificado II FIC	Rio Bravo Portfólio Diversificado Internacional	Rio Bravo Portfólio Diversificado Equities FIC FIA	Rio Bravo Juros FIC FIM	Rio Bravo Previdência FIM	Rio Bravo Absolute Yield FIC DE FIM CRED PRIV IE	Rio Bravo Columbia Threadneedle FIM IE	CDI	Ibovespa	SMLL	Euro	Dólar	IMA - B
dezembro 16	1,18	1,07	2,21	-1,22	0,09	1,46	1,57	-2,80	-0,49	2,27	1,36	1,14	-0,95	1,12	-2,71	-0,54	-4,46	-3,86	2,91
novembro 16	1,09	1,00	-0,30	-8,44	-1,57	-0,50	0,25	2,19	-6,24	-0,62	-3,79	0,64	3,51	1,04	-4,65	-8,44	2,42	6,02	-1,22
outubro 16	1,08	1,01	0,74	2,82	3,68	1,64	2,08	-3,03	7,05	0,72	1,62	1,08	-6,79	1,05	11,23	7,01	-4,46	-2,11	0,64
setembro 16	1,15	1,06	1,39	-0,39	0,00	1,58	1,26	0,60	-0,10	1,52	0,86	1,07	0,27	1,11	0,80	0,09	1,86	1,11	1,57
agosto 16	1,24	1,17	1,26	-1,37	0,91	2,08	1,42	1,30	-0,08	1,13	1,26	1,47	-0,10	1,21	1,03	0,18	-0,82	-0,68	0,89
julho 16	1,14	1,06	1,89	3,92	3,37	2,55	0,96	1,69	7,51	1,23	3,51	1,25	5,23	1,11	11,22	14,60	1,70	1,12	2,51
junho 16	1,23	1,10	1,46	2,09	1,37	1,28	0,55	-8,60	4,32	1,26	1,41	0,91	-14,11	1,16	6,30	9,12	-11,21	-11,04	1,93
maio 16	1,18	1,07	0,51	3,43	2,38	0,28	0,66	4,62	-1,52	0,99	0,81	1,31	3,31	1,11	-10,09	-4,21	2,20	5,12	-0,10
abril 16	1,13	1,01	2,45	6,04	0,02	1,47	2,18	-2,15	5,26	2,35	2,76	0,77	-1,84	1,05	7,70	5,56	-3,79	-4,35	3,93
março 16	1,23	1,09	3,99	10,07	-3,54	0,70	0,55	-6,23	7,78	2,83	6,60	1,67	-3,24	1,16	16,97	11,39	-6,42	-10,55	5,31
fevereiro 16	1,04	0,95	1,86	-5,59	0,94	1,43	0,44	0,79	3,45	1,61	0,97	0,86	-4,57	1,00	5,91	4,66	0,88	0,42	2,26
janeiro 16	1,06	1,01	1,34	-5,42	1,79	1,04	1,63	0,48	-2,54	2,06	-0,51	1,25	-3,56	1,05	-6,79	-8,53	0,70	0,97	1,91
dezembro 15	1,12	1,11	1,53	3,58	1,23	1,02	0,72	-0,08	-1,50	1,05	0,07	0,82	0,72	1,16	-3,93	-5,27	5,19	2,42	1,52
Ano	14,65	13,35	20,44	4,50	9,61	16,05	14,38	-11,31	25,96	18,73	17,85	14,26	-21,87	14,00	38,94	31,75	-20,27	-17,81	24,81
12 meses	14,65	13,35	20,44	4,50	9,61	16,05	14,38	-11,31	25,96	18,73	17,85	14,26	-21,87	14,00	38,94	31,75	-20,27	-17,81	24,81
Desde o início	141,84	143,28	49,90	400,70	13,59	30,12	147,38	40,85	10,66	79,31	19,11	42,13	-19,67						
PL Atual (R\$Mil)	239.868	29.934	16.316	19.159	9.596	58.083	6.580	4.557	8.059	28.554	16.033	20.767	39.796						
Data de início	14-ago-08	27-dez-07	27-fev-13	8-set-04	17-Ago-15	09-out-14	3-nov-08	11-dez-13	16-abr-12	10-jun-13	12-mar-13	18-mar-14	27-set-15						
Taxa de administração (aa)	0,45%	0,35% ¹	0,65%	2,00%	0,90% ²	0,04%	0,60%	1,75%	0,70%	0,70% ³	1,10%	0,50% ⁴	0,08%						
Taxa de performance (aa)	-	-	20% do que exceder 100% do IMA-B	20% do que exceder IBOVESPA	25% do que exceder CDI	-	-	-	-	10% do que exceder CDI	-	10% do que exceder CDI	-						

¹ Taxa de administração máxima, compreendendo a taxa de administração dos fundos investidos: 0,50% a.a

² Taxa de administração máxima, compreendendo a taxa de administração dos fundos investidos: 1,10% a.a

³ Taxa de administração máxima, compreendendo a taxa de administração dos fundos investidos: 1,10% a.a

⁴ Taxa de administração máxima, compreendendo a taxa de administração dos fundos investidos: 2,04% a.a



RIO BRAVO INVESTIMENTOS

Mario Fleck

Chief Executive Officer
mario.fleck@riobravo.com.br

Gustavo Franco

Estrategista-chefe
gustavo.franco@riobravo.com.br

Paulo Bilyk

Chief Investment Officer
paulo.bilyk@riobravo.com.br

Rafael Alves Rodrigues, CFA

Diretor
Renda Variável
rafael.rodrigues@riobravo.com.br

Alexandre Fernandes e Souza

Diretor
Renda Fixa
alexandre.fernandes@riobravo.com.br

Anita Spichler Scal

Diretora
Investimentos Imobiliários
anita.spichler@riobravo.com.br

Augusto Martins

Diretor
Investimentos Imobiliários
augusto.martins@riobravo.com.br

Eduardo Levy

Diretor
Multi-Assets & Portfólios
eduardo.levy@riobravo.com.br

Charles Putz

Responsável
Ativos Ilíquidos
charles.putz@riobravo.com.br

Eros Dalhe

Diretor de Operações
eros.dalhe@riobravo.com.br

Rodrigo Gatti

Gestor
Compliance
rodrigo.gatti@riobravo.com.br

Fabio Cardoso

Editor de Conteúdo

INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

Scheila Lofrano

Diretora
11-3509-6687
scheila.lofrano@riobravo.com.br

Rafael Conrado

11-3509-6689
rafael.conrado@riobravo.com.br

Sarah Reis

11-3509-6646
sarah.reis@riobravo.com.br

Henrique Rios

11-3509-6688
henrique.rios@riobravo.com.br

PERSONAL ADVISORY

Felipe Vaz Guimarães

Diretor
11-3509-6622
felipe.guimaraes@riobravo.com.br

INVESTIDORES INDIVIDUAIS

Julio Ortiz Neto

Diretor
11-3509-6618
julio.ortiz@riobravo.com.br

Rio Bravo Investimentos S.A.
Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3.º andar
04551-065 São Paulo SP Brasil
Tel. (55 11) 3509-6600 / 2107-6600
Fax (55 11) 3509-6699 / 2107-6699
www.riobravo.com.br

Recomendações ao investidor: As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de períodos de, no mínimo, 12 (doze) meses. A Rio Bravo Investimentos Ltda. não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas, nem por decisões de investimentos tomadas com base neste material.

